

Diálogos entre Universidade e a supervisão de estágio na licenciatura em Química

Leiliane Frota Correia Lima ⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Daniel Azevedo de Brito ⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

1

Resumo

A formação de professores não pode ser dissociada de uma relação recíproca entre teoria e prática. É no Estágio Supervisionado onde esse encontro é mais fortemente sentido. Este estudo, realizado em 2022, tem como foco compreender como ocorre a interação dialógica entre os supervisores de estágio na licenciatura em Química e a Universidade. Como procedimentos metodológicos recorremos à realização de entrevistas estruturadas por meio de questionários com professores de Química do Ensino Médio que já vivenciaram a experiência de receber estagiários em suas aulas. Os resultados da pesquisa evidenciaram que mesmo o Estágio Supervisionado sendo um importante fator para a formação de professores, o diálogo entre escola e Universidade ainda é precário se constituindo, muitas vezes, apenas por intermédio dos estagiários ou apenas pela troca de ofícios. Conclui-se que a interação é insuficiente para o bom andamento do processo de estágio.

Palavras-chave: Formação de professores. Supervisão de estágio. Interação.

Dialogues between University and internship supervision in the degree in Chemistry

Abstract

Teacher education cannot be dissociated from a reciprocal relationship between theory and practice. It is in the Supervised Internship where this encounter is most strongly felt. This study, carried out in 2022, focuses on understanding how the dialogic interaction between internship supervisors in the degree in Chemistry and the University occurs. As methodological procedures, we used structured interviews through questionnaires with high school chemistry teachers who have already had the experience of receiving interns in their classes. The results of the research showed that even the Supervised Internship being an important factor for the formation of teachers, the dialogue between school and university is still precarious, constituting, many times, only through the interns or just by the exchange of offices. It is concluded that the interaction is insufficient for the good progress of the internship process.

Keywords: Teacher training. Internship supervisor. Interaction.

1 Introdução

2

Pensar na formação de professores é superar conhecimentos de senso comum replicados ao longo de muitos e muitos anos. Um deles é que para ensinar basta dominar os conteúdos das disciplinas. Contraditório é que este saber não científico tenha impregnado tanto o meio acadêmico até os dias atuais naquilo que se relaciona ao denominado ensino bancário. Segundo Saviani (2009) no Brasil a formação inicial dos professores se caracteriza pela separação e priorização dos conteúdos disciplinares em detrimento aos aspectos didáticos e pedagógicos.

É inconcebível aos tempos atuais que haja separação entre a teoria e a prática. Mas, o fato é que ainda existe essa separação em boa parte da matriz curricular dos cursos de licenciatura. Contudo, nas disciplinas de Estágio Supervisionado existe uma lacuna menor entre o ideal e o real por serem percebidas aproximações entre as duas faces do indissociável: a teoria e a prática.

Assim, o estágio supervisionado nas licenciaturas tem aumentado sua carga horária prevista na legislação ao longo dos anos. O artigo 65 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394) evidenciava a formação dos professores incluindo a prática de ensino de no mínimo 300 horas. O parecer CES 744/97 no artigo 3º prevê que a prática de ensino deveria englobar atividades de observação, regência, além de ações concernentes a planejamento e avaliação do processo pedagógico.

No ano de 2001 os Pareceres do Conselho Nacional de Educação: 9/2001, 27/2001 e 28/2001, produziram consideráveis mudanças nas diretrizes para a formação de professores. O parecer CNE-CP nº 09/2001 propôs a superação da divisão envolvendo teoria e prática, não podendo o estágio estar como algo a parte do restante da matriz curricular da licenciatura.

O parecer 27/2001 modificou o parecer 09/2001 no sentido de que o estágio deveria ser experienciado durante o processo formativo. Devendo ocorrer na segunda metade do curso com supervisão de entidades formativas e com professores mais experientes. O parecer CNE/CP 28/2001, propôs ainda, o acréscimo de 100 (cem) horas de estágio, além do mínimo de 300 (trezentas) horas

já previstas, mas quem instituiu essa ampliação da carga horária dos estágios supervisionados foi a Resolução CNE/CP 2/2002.

A lei nº 11.788/2008 considerou o estágio componente obrigatório para a conclusão do curso. E em seus artigos especificamente no artigo 3º cita a obrigatoriedade da presença de professores supervisores da escola que recebam e acompanhem o estagiário. No artigo 7º, da mesma lei, complementa que caberá a escola indicar professor da área para efetuar a avaliação das atividades do estágio. Já o artigo 9º cita que cada supervisor de estágio pode acompanhar até 10 estagiários simultaneamente. O artigo 10º contempla a carga horária do estágio que não deve exceder 6 (seis) horas diárias de estágio, totalizando 30 (trinta) horas semanais. Já a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (tanto dos cursos de licenciatura, bem como daqueles de formação pedagógica para pessoas já graduadas e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Segundo Brasil (2015), os estágios supervisionados passaram a ter 400 horas. Além dessa diferença, outras 400 horas passam a ser de práticas distribuídas ao longo do processo formativo. Contudo, esta resolução já possui uma versão mais atual. A portaria nº 2.167, DE 19 de dezembro de 2019, homologa o parecer CNE/CP nº 22/2019, do Conselho Nacional de Educação, aprovado em sessão pública de 7 de novembro de 2019 e define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da Educação Básica. A carga horária prevista nas licenciaturas passou a ter uma nova conformação e as práticas nos componentes curriculares passaram a ser inseridas desde o início do curso.

Sendo a história da educação brasileira muito recente em termos de consolidação de suas transformações e inovações pedagógicas, percebe-se o reflexo desse fato na trajetória da legislação educacional cheia de avanços e retrocessos no que tange ao estágio curricular supervisionado.

Na licenciatura em Química, por exemplo, são vivenciados os desafios do ensino de uma área que tanto traz conceitos bem específicos da área, bem como possui em sua natureza uma base que faz uso de cálculos. Ou seja, é uma disciplina

que pode trazer para sua aula prováveis defasagens de aprendizagens oriundas de outras áreas. Diante de uma preparação que pressupõe uma gama ampla de competências e habilidades, é condição *sine qua non* a realização de um estágio de qualidade que traga reflexões profundas.

Um dos agentes fundamentais para a realização de um estágio mais articulado e integrador na área da licenciatura é o professor da Educação Básica que recebe os licenciandos em sua escola, mais precisamente em suas aulas. Ele é o supervisor de estágio. Mas por mais importante que seja sua função neste processo ele não pode atuar sozinho. É fundamental que ele tenha acesso às diretrizes do que é o estágio e do que a Universidade espera sobre o mesmo.

Relacionadas a essas temáticas foram realizadas buscas sobre trabalhos científicos que ajudassem a delimitar o objeto de estudo. Neste sentido, foram elencados os seguintes descritores na realização desta pesquisa: Estágio Supervisionado; supervisor de estágio; licenciatura em química; diálogo. As bases de dados consultadas foram: Portal de Periódicos da CAPES; Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; Education Resources Information Center; Scielo; Google Acadêmico.

Foram feitos cruzamentos entre os descritores a fim de se chegar mais precisamente à trabalhos relacionados ao objeto de estudo. Como critérios de filtragem foram estabelecidos: trabalhos de 1999 a 2022, por abarcar desde as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que mais repercutiu até a presente data; trabalhos em inglês e português, estudos revisados por pares; trabalhos relacionados ao objeto de estudo. Com suporte na análise dos 18 trabalhos selecionados, foi possível constatar que existe um vácuo de pesquisas no que concerne ao diálogo entre supervisores de estágio na licenciatura e o diálogo com a Universidade, tanto na área da Química como das demais licenciaturas.

Portanto, esta pesquisa tem a relevância de colocar em evidência um tema de suma importância para a realização do Estágio Supervisionado e contribuir no para promover bases para um maior entendimento do papel do supervisor (a) de estágio na formação de professores, relacionando e destacando a imprescindível

necessidade do diálogo forte deste com os (as) docentes da Universidade que atuam como responsáveis pela disciplina de estágio supervisionado.

Em torno dessa situação emerge a pergunta central que esta pesquisa buscou responder: como ocorre a interação dialógica entre supervisores de estágio na licenciatura em Química e a Universidade? Derivada desta pergunta foi estabelecido o seguinte objetivo geral: compreender como ocorre a interação dialógica entre os supervisores de estágio na licenciatura em Química e a Universidade.

Os detalhes da metodologia que trouxeram esta conclusão são explicados na próxima seção. Depois são apresentados os resultados e discussões e, na última seção, tecemos as considerações finais.

2 Metodologia

A pesquisa aqui detalhada, realizada em 2022, é principalmente qualitativa. A pesquisa qualitativa centra seus olhares sobre fatores que não podem ser quantificados, mas expressam visões sobre um determinado acontecimento ou fenômeno (MINAYO, 2010). Embora haja números coletados em algumas perguntas, a ausência de amostra significativa corrobora não ser uma pesquisa quantitativa.

O instrumento de produção de dados foram questionários estruturados. Tal ferramenta permite a realização de entrevistas simultâneas com quantidade incontável de pessoas (LAKATOS; MARCONI, 2003). Para que as perguntas chegassem aos entrevistados houve o intermédio de *link do Googleforms*. O *link* de acesso ao formulário foi enviado a professores de diferentes instituições da Educação Básica que a primeira autora do texto tinha conhecimento prévio do encaixe no perfil pretendido de participantes.

Os sujeitos da pesquisa foram professores de Química na Educação Básica do Ceará, seja iniciativa pública ou particular, que já vivenciaram a experiência de receber estagiários de licenciatura em Química em alguma de suas turmas. Ao todo 11 profissionais, dentro deste perfil, participaram da pesquisa.

Ao todo foram elaboradas seis perguntas, sendo três objetivas e três subjetivas. O questionário foi aplicado previamente em grupo experimental de professores de outras disciplinas para validar a qualidade do questionário. Depois, ao todo onze professores aceitaram participar da pesquisa. Em atendimento aos aspectos éticos, cada entrevistado autorizou o uso dos dados coletados através do aceite digital de termo de consentimento livre e esclarecido. Os nomes e dados pessoais não serão divulgados em hipótese alguma.

6

A análise dos dados segue a orientação de Bardin (2011) e, por isso, foram estabelecidas categorias e agrupamento de dados semelhantes. As categorias elencadas foram: estágio curricular obrigatório; supervisão de estágio; avaliação.

3 Resultados e Discussões

A primeira pergunta versava se o (a) docente já recebeu, ao menos uma vez, estagiários de Química em suas aulas na Educação Básica. Como esta pergunta era a condição para se participar da pesquisa, o resultado teve 100 por cento de respostas positivas. Destaca-se que é provável que o percentual de docentes que já vivenciaram a supervisão de estágio seja menor do que aqueles que nunca tiveram essa experiência. Eles professores (as) assumem uma missão muito importante e outros não, sendo que o critério tende a ser apenas a congruência dos horários do estagiário com as aulas da disciplina. Não tende a ser pauta de discussão quais ou quais profissionais estariam mais aptos para acompanhar e contribuir na formação de pares.

A segunda pergunta averiguou como se deu o contato para a permissão do estágio na escola de Educação Básica, havendo a possibilidade de marcar as seguintes opções: estagiário, professor universitário ou outro (a). Na terceira pergunta era questionado como o entrevistado se inteirava da metodologia do processo de estágio e sobre seu papel de supervisor, sendo esclarecido que era possível marcar mais de uma opção. Nenhum dos onze supervisores entrevistados teve encontro com o professor da disciplina de estágio da Universidade. Como se percebe, os esclarecimentos sobre o estágio foram feitos em conversa com o próprio

estagiário, bem como é alto o percentual que obteve informações pelo intermédio de ofícios. Um percentual menor, mas ainda significativo, foi esclarecido pelo núcleo gestor. Bisconsini *et al.* (2019) destaca que os supervisores percebem fragilidades nos encaminhamentos do estágio supervisionado, especialmente no acompanhamento dos orientadores da universidade..

7

A quarta pergunta era subjetiva e buscou investigar se o supervisor realizou avaliação do desempenho do estagiário (a). As respostas variaram havendo desde aqueles que afirmaram nunca ter sido solicitado proceder avaliação, bem como outros onde a mesma aconteceu. O professor F relatou como se restringia a devolutiva: “Não. Não me foi apresentado instrumental próprio para avaliação, apenas minha assinatura comprovando que o estagiário compareceu a escola nas respectivas datas”. É perceptível que, neste caso, o professor da Educação Básica teve uma função restrita ao papel análogo de uma fiscal de frequência e nada mais.

A professora H fez o seguinte relato: “recebia um envelope lacrado do prof. Orientador com 1 questionário objetivo elaborado e devolvia, lacrado, ao estagiário para entregar ao prof. orientador.” Neste caso havia uma padronização e cuidado para que a avaliação fosse realizada e com garantias de que ela não fosse violada. No que concerne ao processo da avaliação do discente durante o Estágio Curricular Supervisionado, é indispensável que seja de modo contínuo para que o supervisor possa orientar durante o processo de preparação das regências (EL TASSA *et al.*, 2015).

A quinta pergunta se, ao final do estágio, o supervisor (a) fornecia um feedback ao estagiário, mesmo que através de uma conversa informal. A professora J escreveu: “Sim. Algo bem informal. E ressaltava que a docência não é fácil, porém gratificante”. Interessante que haja esse tipo de fala realista, mas ao mesmo tempo estimulante como foi feito neste caso. Também positivo que, em alguns casos, foi citado que o diálogo não se restringia ao final do estágio, mas era algo constante. Foi isso que escreveu a professora D: “Sim, no fim de cada aula essa conversa ocorria”. No diálogo entre docente da educação básica e licenciando são criados espaços para comparação de estratégias de ensino (VIERA, 2022). E, de fato, o recomendável é que o diálogo fosse mantido a cada aula numa construção coletiva

das regências. Como destaca Freire (2011) é fundamental refletir de forma crítica sobre a prática.

Por fim, a sexta perguntava se consideram satisfatório o diálogo entre escola e Universidade. Todos os entrevistados consideram que o diálogo é muito raso, sendo restrito ao estagiário e nunca diretamente com o professor da disciplina de estágio. Esta ausência de atuação mais direta do professor de curso superior é preocupante. Sabe-se que este é um agente importante para o engajamento do estudante universitário (ROSSI *et al.*; 2022).

A professora H fez considerações sobre a importância do diálogo. “Em todos os casos em que recebi estagiários, não houve diálogo algum com o professor da universidade responsável pelo aluno. Considero que seria muito importante uma visita, assim como também, pelo menos uma aula de observação do professor orientador da disciplina de estágio, quando se tratar de estágio de regência.” Assim, a Universidade perde em muito também ao deixar de contribuir com a formação deste professor da educação básica que tende a se enriquecer quando vivencia a experiência de ser supervisor e atuar na formação de futuros docentes (MACIEL, 2015).

4 Considerações finais

Como resultado principal encontrado destaca-se o diálogo direto quase inexistente entre o professor da Universidade e o supervisor de estágio. A pesquisa alertou para a possibilidade de um distanciamento entre escola e a Universidade no que tange ao contato de esclarecimento sobre o que é o estágio. Tal contato deveria ser, principalmente entre o docente da disciplina de estágio e o do Ensino Superior. Mas ao invés disso, a orientação é feita pelo intermédio dos licenciandos ou até unicamente por ofícios. Há que ser considerado que esta pesquisa não pretendeu fazer estimativas válidas a todo o Estágio Supervisionado das licenciaturas de Química no Brasil. Mas, ao mesmo tempo o estudo abre margem para uma pesquisa semelhante e que abranja número significativo de professores que vivenciaram a experiência de supervisor.

Reconhecer o papel da atuação do supervisor é algo que urge na educação brasileira. E criar mecanismos de preparação do mesmo são aspectos que precisam de uma atenção maior e que este trabalho também tangenciou.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BISCONSINI, C. R.; TEIXEIRA, F. C., Anversa, A. L. B., & Oliveira, A. A. B. de. (2019). O estágio curricular supervisionado das licenciaturas na perspectiva de professores supervisores. **Corpoconsciência**, 23(1), 75-87. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/7497>. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22002.pdf?query=curriculo . Acesso em: 02 set. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CP 9, de 08 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf> . Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CP 27, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/027.pdf> . Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **Manual de orientações básicas**. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm. Acesso em: 02 set. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11788 de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio dos estudantes, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 13 set. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES 744/97. Orienta sobre o cumprimento do Artigo 65 da Lei n. 9.394/96. Brasília: 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pces744_97.pdf . Acesso em: 03 de set. 2022.

10

BRASIL. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 22/2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Aprovado em: 7/11/2019. Parecer Homologado – Portaria nº 2.167, publicada no D.O.U. de 20/12/2019, Seção 1, p. 142.

BRASIL. **Portaria nº 2.167, de 19 de dezembro de 2019.** Homologa o Parecer CNE/CP nº 22/2019, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 7 de novembro de 2019, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, n. 242, seção 1, p. 142, 19 dez. 2019.

EL TASSA, K. O. M.; BOARON, A.; LYCZAKOVSKI, T.; PEPE, M. A. dos S.; GUTERVIL, J.; RAMOS, F. L.; FALBOT, I.; PASZKO, P. M.; MACHADO NETO, J. L. (2015). Estágio supervisionado curricular na formação de professores em educação física: Relato de experiências. **Revista Nucleus**, 12(2), 281–287.

FERRARI, Francyne. **Avaliação da gestão do estágio supervisionado:** um estudo de caso do curso de licenciatura em Química da UTFPR – Campus Matogrosso. Monografia (Licenciatura em Química) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, p. 45, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACIEL, Emanoela Oliveira. **Aprendizagens docentes de professores supervisores de estágio:** desvendando horizontes formativos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, p. 145, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROSSI, Emili; BITTENCOURT; MARQUEZAN, Fernanda Figueira. As contribuições do professor universitário para o engagement acadêmico. **Educ. Form.**, Fortaleza, v. 6, n. 3, e4609, set./dez. 2021

SAVIANI, D. (2009). Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, 40(14), 143-156.

VIEIRA, Wellington da Silva. Vivências do estágio supervisionado em tempos de pandemia: aprendizagens e desafios no Ensino Fundamental II. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p.1-7, 2022

11

ⁱ **Leiliane Frota Correia Lima**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0782-7513>

Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação; Programa de Pós-graduação em Educação Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Biologia Molecular. Licenciada em Química. Professora da SEDUC (CE). Integra o Grupo de Pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade (EDUCAS/UECE). Bolsista FUNCAP.

Contribuição de autoria: coleta de dados e redação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5792020266459847>

E-mail: leiliane.lima@aluno.uece.br

ⁱⁱ **Daniel Azevedo de Brito**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4448-7346>

Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação; Programa de Pós-graduação em Educação Doutorando em Educação (PPGE UECE). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática. Professor da Universidade Estadual do Ceará. Integra o Grupo de Pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade (EDUCAS/UECE). Bolsista FUNCAP.

Contribuição de autoria: <https://lattes.cnpq.br/2492156106516127>

E-mail: daniel.azevedo@uece.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

LIMA, Leiliane FROTA Correia; BRITO, Daniel Azevedo. Diálogos entre Universidade e a supervisão de estágio na licenciatura em Química. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.